



12.43
A

Processo Administrativo nº 016/2021.

Requerente: Ernandes Moura da Silva

Requeridos: Antônio Vicente (Juiz de Pista); Júnior Locutor; Paulo Almeida (Juiz de Bem-Estar Animal) e José Augusto Lira Neto (Bolero – organizador do evento)

Decisão Administrativa

Relatório

Tratam-se os autos de Processo Administrativo aberto por solicitação do Sr. Ernandes Moura da Silva, que, em síntese, afirmou ter sido prejudicado – durante a Disputa do Derby da Copa Bolero de Vaquejada, ocorrida na madrugada do dia 13/22/2021 no Parque Bezerra Marinho – em face violação por parte dos requeridos de normas previstas no Regulamento Geral de Vaquejada da ABVAQ, bem como em seus manuais, uma vez que lhe foi negada a avaliação física do animal no qual estava competindo, o que era de vital importância para garantir o bem-estar deste. Aduziu, ainda, em face da negativa da citada avaliação, preferiu não insistir na apresentação, para resguardar a integridade física do cavalo, ficando prejudicado.

Diante da denúncia recebida, o Presidente da ABVAQ nomeou comissão de julgamento, composta por três membros, sendo o ora relator e os demais componentes abaixo assinado, para apuração e julgamento da referida denúncia.

Os requeridos foram devidamente citados da abertura do processo administrativo e intimados para apresentarem defesa.

O Sr. Antônio Vicente apresentou defesa via Whats App, informando que ***“quem tem que olhar o cavalo é o juiz de bem estar animal, não sou eu que sou juiz de pista. E eu tenho que seguir o regulamento da ABVAQ, que da direito a 1 minuto ao vaqueiro, eu esperei 1 minuto de 20 segundos e ele não se apresentou e nem o juiz de bem estar animal falou comigo. Eu apenas cumpri o regulamento da ABVAQ”***

Já o requerido José Augusto Lira Neto (Bolero) apresentou defesa, afirmando, em síntese, não ter o requerente apresentado provas das suas alegações, além de que não cumpriu a determinação contida no art. 34 do RGV, o que, segundo consta na denúncia, já seria caso de julgamento zero da apresentação. Em ato contínuo,



Handwritten signature in blue ink at the top right corner.

afirma que a falar do requerido Sr. Antônio Vicente não comprova em nada a alegação do requerente.

Os demais requeridos (Júnior Locutor e Paulo Almeida), apesar de devidamente citados para integrarem ao processo e intimados para apresentarem defesa, mantiveram-se inertes.

As partes foram intimadas para apresentar novas provas. Nenhuma nova prova foi juntada aos autos.

Designada audiência para ouvidas das partes e testemunhas para data de 10/05/2022. Tal audiência não fora realizada a pedido justificado do requerido José Augusto Lira Neto (Bolero).

Novamente as partes foram intimadas da nova audiência para ouvida das partes e suas testemunhas, tendo esta sido realizada na data de 13/07/2022 através do aplicativo Google Meet. Destaca-se que os requeridos Paulo Almeida e Júnior Locutor, mesmo regulamente intimados, não compareceram e nem se manifestaram nos autos.

Nenhuma das partes apresentou testemunhas. As razões finais foram proferidas em audiência, praticamente remissivas; sendo feito uma complementação pelo Sr. Antônio Vicente, através do seu advogado Dr. Arthur Freire, de que *o citado denunciado agiu de acordo com o RGV, uma vez que deu opção ao denunciante de voltar por dentro da pista, que não foi uma determinação; afirmando, ainda, que não ser atribuição do juiz de pista determinar o juiz de bem-estar animal ir ver o cavalo, bem determinar o competidor a passar pelo bem-estar; que cumpriu com sua obrigação.* Já o organizador do evento, fez razões finais remissivas, *complementando-as informando que os profissionais contratados para trabalhar no evento são todos credenciados, o que subteende terem conhecimentos das normas previstas no RGV e nos manuais.*

Estando o processo pronto para julgamento, foi marcada reunião para julgamento.

Passamos a decidir.

Inicialmente, é de se salientar que o Regulamento Geral de Vaquejada ***"é de observação obrigatória, em sua integralidade, por todos os envolvidos na vaquejada, sejam eles promotores do evento, os competidores, profissionais de trabalho, equipe de apoio e demais envolvidos na realização de cada prova (vaquejada)"***, nos termos do seu art. 1º.

Destaca-se que o RGV da ABVAQ foi homologado pelo MAPA, através da Portaria 1781, como apto a garantir o bem-estar dos animais envolvidos no esporte vaquejada. Assim, com o advento da Lei 13.873 de 17 de setembro de 2019, que

Handwritten signatures in blue ink at the bottom right corner.



Handwritten signature in blue ink at the top right corner.

regulamenta o § 7º, do art. 225 da Carta Magna, reconhecendo em seu art. 3ºB os regulamentos de associações, aprovados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, como aptos a estabelecer regras de bem-estar animal e com a possibilidade de prever sanções para os casos de descumprimento, o RGV teve seu cumprimento obrigatório elevado ao patamar de norma legal.

O RGV, ao tratar do bem-estar dos animais (arts. 38 e seguintes) atribuiu a todos os envolvidos no evento a obrigação de preservar os animais e as regras nele previstas, bem como as contidas nos Manuais publicados pela ABVAQ, as quais devem ser cumpridas em sua integralidade.

Compulsando os autos, observa-se que o cerne da questão está no fato da ausência da avaliação, por parte do bem-estar animal da corrida, das condições físicas do cavalo de puxar montado pelo requerente durante a disputa da categoria Derby da Copa Bolero no Parque Bezerra Marinho.

Segundo o requerente, após inúmeros retornos, o locutor o chamou a voltar por dentro para tirar um novo boi, e que fora obrigado pelo juiz de pista, Sr. Antônio Vicente, a voltar por dentro da pista, sendo-o proibido a se dirigir a inspeção do bem-estar animal. Destacou, ainda, que o juiz de bem-estar, Paulo Almeida, foi omissos, uma vez que não apresentou qualquer manifestação naquele momento e diante das condutas erradas do locutor e principalmente do juiz de pista.

Antes de se verificar a conduta de cada um dos requeridos e se incorreram ou não em culpabilidade, é importante analisar a questão do retorno e a necessidade de apresentação do animal ao juiz de bem-estar.

O art. 34 do Regulamento Geral de Vaquejada determina que:

“Art. 34 – Após a apresentação, os competidores deverão se dirigir imediatamente a porteira de saída da pista, e aos juízes de bem estar animal para realizarem a inspeção da integridade física dos animais, não sendo permitida qualquer conduta diversa, sob pena de zero (0).” (original sem grifos).

Já o Manual de Julgamento de Boi da ABVAQ, em seu art. 13, estabelece:

“Art. 13. Os competidores não poderão infringir as regras do bem-estar animal previstas no regulamento geral da ABVAQ.

a) Após a apresentação, os competidores devem conduzir seus animais para vistoria dos juízes de bem-estar animal.

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom right corner.



- b) **Caso haja qualquer conduta que viole as normas de bem-estar animal previstas no regulamento geral da ABVAQ, o juiz julgará zero e/ou dependendo da gravidade, repassará ao juiz de bem-estar que poderá desclassificar o competidor da respectiva senha ou até mesmo da competição.** (original sem grifos)

Da leitura dos dispositivos acima, resta claro que ao término da apresentação, o competidor deve se dirigir ao juiz de bem-estar animal para avaliação das condições físicas do cavalo. Atitude diversa do competidor, deve ser punida com zero. Não se trata de uma faculdade atribuída ao competidor, nem muito menos aos profissionais de trabalho.

Se é correto afirmar que os competidores têm o dever de apresentar seu cavalo à vistoria do bem-estar, não menos certo é afirmar que o juiz de pista tem a obrigação de determinar ao competidor se encaminhe ao bem-estar após sua apresentação. Nas citadas normas, inclusive, há previsão de julgamento zero pelo juiz de pista caso o competidor se negue a apresentar o seu animal ao juiz de bem-estar.

Por outro lado, cabe ao juiz de bem-estar, caso o juiz de pista não cumpra com sua obrigação, determinar que a dupla apresente os animais à inspeção.

Ora, não há dúvidas de que após a apresentação o competidor deve se dirigir ao juiz de bem-estar animal, para que seu cavalo seja avaliado; e, se assim não proceder, sua apresentação deverá ser julgada zero pelo juiz de pista ou até mesmo ser desclassificado pelo juiz de bem-estar.

O que causa estranheza a esta Comissão Disciplinar, após análise das imagens (vídeos) e depoimentos das partes, é que o competidor pede, após retorno em sua apresentação, para sair pelo final da pista, mas é proibido pelo juiz de pista, ficando omissa a atuação do juiz de bem-estar animal.

Mesmo se fosse acatada a tese da defesa do Sr. Antônio Vicente (Juiz de Pista – requerido) de que deu opção ao competidor de voltar por dentro da pista; ainda assim o juiz teria agido em desacordo com o RGV e MJB, uma vez que após a apresentação o competidor tem a obrigação de passar pela inspeção do juiz de bem-estar, **NÃO SE TRATA DE UMA FACULDADE.**

A avaliação do animal, além de ser uma norma para garantir o bem-estar do mesmo, também deve ser observada com afinco, principalmente na fase de disputa, porque pode interferir diretamente na classificação da dupla e no resultado da competição, já que, nesta fase da competição, caso o cavalo não tenha condições de seguir da prova, deverá ser retirado da competição, não havendo possibilidade de ser



concedido tempo para descanso (Parágrafo Terceiro do art. 18 do Manual de Bem Estar Animal), salvo no caso da exceção prevista no Parágrafo Quarto do mencionado artigo.

Não há dúvidas de que no caso em tela existiu uma sequência de erros e violações as normas previstas no Regulamento Geral de Vaquejada, no Manual de Julgamento de Boi e no Manual de Bem Estar Animal da ABVAQ.

Contudo, é importante diferenciar a conduta de cada um dos requeridos, com base nas ações e nas provas colecionadas aos autos, para verificar a violação das normas citadas, a materialidade das condutas e a culpabilidade de cada requerido.

Provadas as violações das normas previstas no RGV e nos referidos Manuais, bem como a autoria e a culpabilidade de cada um dos requeridos, há de que serem-lhes aplicadas penalidades, conforme disposição contida no art. 36 do Regulamento Geral de Vaquejada.

Da conduta e punição a cada requerido

a) Requerido Antônio Vicente – Juiz de Pista

O requerente, conforme consta na peça de denúncia, bem como em seu depoimento, afirma que após o último retorno (de tantos que já havia tido), ia se dirigindo ao juiz de bem-estar animal, quando o locutor (Sr. Júnior) informou que ele deveria voltar por dentro, fato também determinado pelo o juiz de pista (Sr. Antônio Vicente), tudo com o intuito de “adiantar” a corrida.

Afirma, ainda, o requerente, que informou ao juiz que teria que passar pelo bem-estar, mas este, de forma autoritária disse que “tem isso aqui não Ernandes”, determinando que voltasse por dentro da pista.

Analisando as provas dos autos, não se tem como comprovar o contexto total do diálogo travado entre o competidor e o juiz de pista, apesar de ser possível ouvir de forma limpa o juiz afirmar que “tem isso aqui não Ernandes”.

Ao ser questionado em seu depoimento, o requerido, Sr. Antônio Vicente (juiz de pista) disse que não obrigou o competidor a voltar por dentro, mas apenas deu tal opção. E, no seu entender, inclusive apresentado em sua defesa, “*quem tem a obrigação de olhar o cavalo é o juiz de bem estar animal, não sou eu que sou juiz de pista. E eu tenho que seguir o regulamento da ABVAQ, que da direito a 1 minuto ao vaqueiro, eu esperei 1 minuto e 20 segundos e ele não compareceu e nem o juiz de bem estar animal falou comigo. Eu apenas cumpri o regulamento da ABVAQ.*”

Diferente do que afirma o requerido Antônio Vicente, todos têm o dever de zelar pelo bem-estar dos animais envolvidos no evento. Além de que, **o juiz de pista tem a obrigação, o dever de determinar ao competidos que se dirija ao juiz de bem-estar**



animal (art. 34 do RGV c/c o art. 13 do MJB), sob pena de julgar zero a apresentação. Não se trata de uma faculdade conferida ao juiz de pista, mas um dever.

Por demais, a interpretação que o juiz de pista, Sr. Antônio Vicente, deu ao caso, está totalmente em descompasso e contrária ao RGV e MJB. Não se tratava de tempo para apresentação da dupla após ser chamado pelo locutor, mas da obrigação do competidor se dirigir a inspeção do bem-estar animal, após sua apresentação.

Assim, diante da demonstração de desconhecimento de parte das normas previstas no Regulamento Geral de Vaquejada e do Manual de Julgamento de Boi da ABVAQ, em especial as normas aplicadas ao presente caso concreto, esta comissão, a unanimidade, julga pela procedência da denúncia, condenado o requerido Antônio Vicente, a pena de realização do curso de reciclagem, nos termos do item 2 do art. 36 do RGV. Fica estabelecido desde já que o requerido deverá entrar em contato com o Setor Pedagógico da ABVAQ para realização da referida reciclagem até o dia 31 de agosto de 2022. Ultrapassado esse prazo, a credencial do requerido ficará suspensa até a realização da reciclagem.

b) Requerido Júnior Locutor

Em relação ao requerido Júnior Locutor, há de se declara sua revelia, uma vez que o mesmo foi devidamente citado para integrar ao presente processo administrativo, bem como, no mesmo ato, intimado para apresentar defesa. Contudo, deixou transcorrer o prazo sem apresentar manifestação nos autos.

Por demais, destaca que, também intimado da audiência para ouvida das partes e testemunhas, não compareceu.

Mesmo diante da revelia ora reconhecida, esta comissão entende necessário e prudente avaliar os seus respectivos efeitos, com base nas provas colecionadas aos autos pelas demais partes.

Da análise dos vídeos, logo em seguida o juiz de pista julgar pelo retorno, o requerido Júnior Locutor, contrariando as normas previstas no RGV e nos Manuais, as quais foram citadas nesta decisão, determina que *"só tem ele, pode vir por dentro"*, em seguida complementa *"só tem ele, vamos aguardar aí..., vai voltar por dentro"*.

Está claro o desconhecimento do requerido Júnior Locutor em relação às normas atinentes a proibição de retorno por dentro da pista após a apresentação do competidor, face à necessidade de inspeção por parte do juiz de bem-estar animal.

Mesmo que a intenção do locutor fosse de adiantar a corrida, jamais poderia o mesmo agir em desacordo com o RGV e com os Manuais da ABVAQ, principalmente quando se tratar de normas de bem-estar animal.



49
A

Assim, também em relação ao requerido Júnior Locutor, esta Comissão Disciplinar, à unanimidade, decide pela aplicação ao mesmo da pena de reciclagem, nos termos do item 2 do art. 36 do RGV. Devendo o requerido Júnior Locutor entrar em contato com o Setor Pedagógico da ABVAQ até a data limite de 31 de agosto de 2022 para realização do curso de reciclagem. Caso transcorra o referido prazo, sem que tenha realizado o curso de reciclagem, a credencial do requerido Júnior Locutor ficará suspensa até a realização do citado curso.

c) Requerido Paulo Almeida (juiz de bem-estar animal)

Assim como ocorreu com o requerido Júnior Locutor, o requerido Paulo Almeida, juiz de bem-estar animal, também, mesmo devidamente citado e intimado, deixou transcorrer o prazo sem apresentação de defesa. Tão pouco, compareceu à audiência designada para ouvida das partes e testemunhas.

Assim, fica reconhecida e decretada sua revelia.

Contudo, na mesma linha de raciocínio utilizada no caso do requerido Júnior Locutor, esta comissão entende ser necessário avaliar a conduta do requerido Paulo Almeida diante de todo o contexto narrativos e fáticos presentes nos autos.

Diferente dos demais requeridos, entende esta comissão que o Sr. Paulo Almeida foi omissos em suas atribuições. Deixou de cumprir as disposições contidas no RGV e nos Manuais da ABVAQ, uma vez que, pela função que estava exercendo (juiz de bem-estar) e pela autoridade que lhe é conferida no Manual de Bem-Estar animal, caberia ao mesmo, naquele momento, determinar que o competidor se dirigisse à inspeção, até porque, pelos vídeos, ficou comprovado os inúmeros retornos que a dupla pegou, o que, certamente, merecia uma maior atenção por parte do requerido.

A passagem da dupla pela inspeção, não é uma mera faculdade, mas uma obrigação, que deve ser determinada pelo juiz de bem-estar, que, verificando qualquer anormalidade com o animal, pode e deve aplicar as penalidades previstas do RGV e Manuais.

Destaca-se, por oportuno, que, em caso de disputa, sendo verificado que o animal está sem condições de seguir na prova, deve ser retirado da competição, não sendo sequer o caso de ser concedido ou não descanso, salvo a exceção contida no Parágrafo Quarto do art. 18 do Manual de Bem Estar Animal.

A preocupação com o bem-estar dos animais é tão importante que, com fundamento no art. 18 do Manual de Bem Estar Animal, o juiz de bem-estar, pode se valer, assim entendendo necessário, da presença do médico veterinário de plantão do evento para avaliar a existência ou não da incapacidade do animal.

Handwritten signatures and initials in blue ink.



Não se justifica, em hipótese alguma, a conduta omissiva por parte do profissional que está trabalhando no evento na função de bem-estar animal, conduta esta confirmada pelo requerido Antônio Vicente que em sua defesa afirmou: "**nem o juiz de bem estar animal falou comigo**".

Diante do exposto e das normas aplicadas ao caso, e diante do risco que o animal sofreria caso o competidor insistisse em continuar na disputa, entende esta comissão disciplinar que a atitude omissiva do requerido foi grave, decidindo, assim, à unanimidade, pela suspensão do requerido Paulo Almeida das vaquejadas canceladas pelo período de 30 (trinta) dias.

Contudo, deve-se levar em conta a primariedade do requerido, uma vez que, constatou-se, após verificação nos arquivos da ABVAQ, que o mesmo não fora condenado em processo administrativo anterior. Razão pela qual, esta comissão aplica uma redução de 1/3, ficando fixada a pena de **suspensão em 20 (vinte) dias**. Devendo cópia desta decisão ser encaminhada ao Departamento de Chancela da ABVAQ para acompanhamento do seu cumprimento.

d) Requerido José Augusto Lira Neto (Bolero – organizador do evento)

No que pese ao organizador do evento, o requerido José Augusto Lira Neto, não há nos autos qualquer prova da interferência do mesmo no ocorrido. Além de que, conforme o mesmo relatou em sua defesa e destacou nas alegações finais, todos os profissionais que estavam trabalhando no evento são cancelados pela ABVAQ, cabendo a esses profissionais o cumprimento integral das normas previstas no RGV e nos Manuais da ABVAQ.

Assim, inexistindo qualquer prova que demonstre a participação da organização do evento no ocorrido, mesmo que de forma indireta, entende esta Comissão Disciplinar, à unanimidade, a rejeitar a denúncia em relação ao requerido José Augusto Lira Neto, organizador do evento, conhecido como Bolero.

Em suma

Decide esta Comissão Disciplinar, por unanimidade, dar provimento parcial a denúncia formulada pelo requerente Ernandes Moura da Silva, para condenar os requeridos Antônio Vicente (Juiz de Pista) e Júnior Locutor, a pena de reciclagem prevista no item 2, do art. 36 do RGV; bem como condenar o requerido Paulo Almeida a pena de suspensão de 20 (vinte) dias, com fulcro no item 3, do mesmo art. 36 do RGV; já em relação ao requerido José Augusto Lira Neto, fica rejeitada a denúncia, tudo conforme fundamentações apresentadas nesta decisão.



Remeta-se a presente decisão ao Presidente da ABVAQ, para análise e posicionamento, nos termos do art. 37 do Regulamento Geral. Após decisão do Presidente, intinem-se as partes do inteiro teor da presente decisão, bem como providencie-se a publicação no site oficial da ABVAQ.

Comunique-se, ainda, à diretoria de chancela para que, no âmbito de suas atribuições, faça cumprir a presente decisão.

Após as medidas acima citadas, os autos devem voltar a esta Comissão para regular prosseguimento.

João Pessoa/PB., 19 de julho de 2022.

Presidente da Comissão

Membro da Comissão

Membro da Comissão